



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

### **SÚMULA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO IFB- SÃOSEBASTIÃO EXERCÍCIO2021**

**Data da Reunião:** 18/05/2021

**Horário:** 14 h

**Local:** Reunião remota via Google Meet.

<b><u>Conselho Gestor</u></b>	
Robson Caldas de Oliveira	Direção-Geral – Presidente do Conselho
Jeremias Rodrigues da Silva	Diretor de Ensino Pesquisa e Extensão
Carima Ramos Scarabelot	Sindicato das Secretárias e Secretários do Distrito Federal
Marcos Venicius de Oliveira Silva	Técnico-Administrativo
Ricardo Gabriel Tenório Ramos	Administração Regional de São Sebastião
Wesley da Silva Oliveira	Docente
<b><u>Convidado</u></b>	
Francisco de Assis Lima	Diretor de Administração e Planejamento

#### **Pautas:**

- 1) Situação do Orçamento 2021 após a aprovação da PLOA.
- 2) Orçamento da Assistência Estudantil.

#### **Informe:**

- Início das obras do Cocreation Lab Ipê Amarelo e apoio na divulgação do Edital.

O presidente Robson Caldas iniciou a reunião às 14h dando posse ao novo integrante deste Conselho, Jeremias Rodrigues, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão que será o seu suplente nos períodos de afastamentos, conforme o regulamento do Conselho Gestor.

O conselheiro Jeremias se apresentou aos conselheiros presentes, e descreveu sua trajetória profissional no Campus e sua trajetória acadêmica.

Os Conselheiros Ricardo e Carima também se apresentaram ao conselheiro Jeremias, e descreveram suas trajetórias profissionais e acadêmicas e se colocaram à disposição para a contribuição e melhoria nas demandas apresentadas a este Conselho.

Segue os assuntos abordados na reunião:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

### 1) **Recomposição do orçamento de custeio do IFB.**

Foi contextualizada a situação orçamentária do IFB, a partir da apresentação do Diretor de Administração e Planejamento Francisco Lima sobre a aprovação da PLOA, por meio de material compilado e compartilhado pela Coordenação-Geral de Orçamento da Reitoria do IFB. Abordou temas como o funcionamento do orçamento no serviço público, motivos da demora na aprovação, vetos e bloqueios realizados no processo de aprovação desse orçamento.

Foi relatado o montante de R\$ 36.447.718,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e setecentos e dezoito reais) de emendas parlamentares, onde apenas R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) estão disponíveis; o restante, R\$ 35.747.718,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e dezoito reais), está bloqueado. A forma de distribuição das emendas será tratada no Colégio de Dirigentes. De acordo com diretor Francisco, caso sejam desbloqueadas não só possibilitará ao campus o cumprimento das obrigações básicas, mas também será possível a implementação de projetos que estão parados.

O orçamento de cada campus é estabelecido de acordo com percentual pela matriz CONIF. Dessa forma, o orçamento do *Campus* São Sebastião na LOA hoje é de R\$ 1.220.051,23 (um milhão, duzentos e vinte mil, cinquenta e um reais e vinte e três centavos), cerca de 18% abaixo ao de 2020, mas que deverá ser recomposto para adimplemento dos contratos terceirizados e outras despesas de custeio por emenda de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para o IFB, ora bloqueados, das deputadas federais Érika Kokay e Paula Belmonte. No orçamento da LOA, a participação no bloqueio será de R\$ 218.695,10 (duzentos e dezoito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dez centavos), ficando disponível um montante de R\$ 1.001.356,13 (um milhão, mil trezentos e cinquenta e seis reais e treze centavos).

O Conselheiro Ricardo fez duas perguntas:

- 1- As emendas parlamentares podem ser utilizadas nas despesas de custeio e pagamento de salário ou há recurso próprio do IFB para pagamentos de salário?
- 2- As emendas serão usadas nas despesas de custeio, pagamentos de salários e novos projetos?

Em resposta às perguntas do Conselheiro Ricardo, o Diretor Francisco explicou que as despesas com pagamento de salário estão inseridas em outra fonte de despesas (obrigatórias), dessa forma, as emendas custearão apenas as despesas de custeio, a exemplo citou os contratos terceirizados, contas de água, luz, etc.

O Conselheiro Ricardo perguntou se o orçamento será suficiente para pagar todas as despesas do campus. O diretor Francisco respondeu que de acordo as estimativas realizadas no campus, caso os recursos sejam desbloqueados, além das contas pagas outros projetos poderão ser implementados.

O Conselheiro Ricardo justificou sua pergunta mostrando sua preocupação com a permanência dos alunos em um cenário tão imprevisível que estamos vivendo. O Presidente Robson explicou que com a nova Política de Assistência Estudantil-PAE, aprovada no ano passado, houve um acréscimo no orçamento total do IFB destinado à assistência estudantil em relação ao orçamento de 2020.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

### 2) Orçamento da Assistência Estudantil.

O Conselheiro Marcos compartilhou o documento que trata sobre a Política de Assistência Estudantil e contextualiza brevemente as mudanças que foram implementadas e quais impactos tais mudanças trarão. As mudanças abordadas foram:

- O mecanismo de renovação do auxílio permanência e as ações que serão adotadas para atender essa mudança;
- O aumento no valor da bolsa dos auxílios; e
- A ordem da distribuição dos recursos baseado no artigo nº 64 da Política da Assistência estudantil-PAE.

O Conselheiro Marcos apresentou um documento em formato de planilha e fez várias simulações de ações que poderiam adotar quanto à aplicação dos recursos destinado à Assistência Estudantil e seus impactos, levando em conta o ano letivo e civil. Em resumo, Marcos explicou que de acordo com o cenário mostrado não teremos “sobra” e nem espaço para a consulta pública.

O Presidente Robson dá o seguinte encaminhamento e solicita o parecer de todos:

Diante da situação de pandemia ainda persistente, do alto número de alunos e o cumprimento do artigo nº 64 da Política de Assistência Estudantil- PAE, não faremos a consulta pública da divisão do orçamento da Assistência em todos os programas presentes na Política, pois devido a situação pandêmica priorizaremos exclusivamente o auxílio permanência e auxílio emergencial.

Todos os presentes votaram “sim”.

Outro encaminhamento foi que será seguido o percentual mínimo de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Política de Assistência para o Auxílio Emergencial, e os 95% (noventa e cinco por cento) com o Auxílio Permanência.

Todos os presentes votaram “sim”.

A Reunião terminou às 15h27.